



ASSÉDIO SEXUAL

CNJ decide afastar desembargador

Magid Láuar está proibido de entrar em seu gabinete, na sede do TJ-MG, alvo de uma operação de busca da PF. Corregedor nacional de Justiça considera graves as denúncias de abuso, com casos que ainda não prescreveram

» VANILSON OLIVEIRA

A Corregedoria Nacional de Justiça determinou, ontem, o afastamento imediato do desembargador Magid Nauef Láuar, integrante da 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A medida cautelar foi adotada no âmbito de uma investigação preliminar que apura denúncias de crimes contra a dignidade sexual atribuídos ao magistrado.

Na tarde de ontem, agentes da Polícia Federal e representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apreenderam objetos e documentos no gabinete do desembargador, na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A diligência foi autorizada pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques.

Até o momento, cinco vítimas foram ouvidas oficialmente. Além da decisão da corregedoria, o gabinete do desembargador, no TJMG, foi alvo de uma operação de busca pela Polícia Federal, ontem.

Segundo a decisão do corregedor nacional, a apuração teve início a partir da análise de uma decisão judicial de Láuar considerada absurda — a de inocentar um homem de 35 anos que vivia maritalmente com uma menina de 12 anos, em Indaiatuba, no Triângulo Mineiro. Após a polêmica decisão, começaram a surgir acusações de supostos abusos cometidos pelo desembargador.

O primeiro caso veio com uma publicação, nas redes sociais, de um vídeo do ator Saulo Láuar, primo em terceiro grau do desembargador. Ele relatou que, aos 14 anos, foi assediado, mas conseguiu fugir, evitando um contato mais íntimo. Com a repercussão do vídeo, surgiram novas denúncias, entre elas, a de uma mulher que mora na Austrália — ela prestou depoimento, na quinta-feira, por videoconferência. Outra vítima é um ator, sobrinho do magistrado, que relatou nas redes sociais os supostos abusos que afirma ter sofrido.

Láuar tem 34 anos de carreira. Entre 2015 e 2023, ele presidiu a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages). O

TJDF/Divulgação



O corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, considera “verossímeis” as denúncias contra Magid Láuar, feitas, até agora, por seis vítimas

desembargador também foi professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde trabalhou entre 1998 e 2013, quando se aposentou por invalidez. Os relatos analisados pela corregedoria indicam que os supostos crimes teriam ocorrido quando Magid Nauef Láuar atuava nas comarcas do interior de Minas Gerais, especialmente, em Ouro Preto e Betim.

Prescrição

A maioria das denúncias faz referência a casos que aconteceram há muitos anos, já prescritos, o que impossibilita a responsabilização do magistrado na esfera criminal. Mas Campbell informou, em seu despacho, que há casos mais recentes, ainda no prazo para abertura de processo.

“Diante desses elementos, em face da gravidade e verossimilhança

dos fatos até aqui levantados, o corregedor nacional proferiu decisão cautelar para determinar o afastamento do desembargador Magid Nauef Láuar, de todas as suas funções, para garantir que a apuração dos fatos transcorra de forma livre, sem quaisquer embaraços”, diz um dos trechos da nota do CNJ.

De acordo com o CNJ, “embora parte dos eventos narrados, em razão do longo lapso temporal, já tenha sido alcançada pela prescrição da pretensão persecutória em âmbito criminal, também foram identificados fatos mais recentes, ainda não abarcados pela prescrição, a determinar o prosseguimento das apurações”.

Na decisão, Mauro Campbell Marques destacou que a medida tem caráter preventivo e visa assegurar que a apuração transcorra de forma livre, sem riscos de interferência ou constrangimento às vítimas e

testemunhas. O corregedor ressaltou que o afastamento é proporcional à gravidade dos relatos e está em conformidade com o devido processo legal. “A Corregedoria enfatiza que procedimentos disciplinares não configuram juízo prévio de culpa, mas têm como objetivo preservar a credibilidade da magistratura, assegurar o regular funcionamento da Justiça e manter a confiança da sociedade no Poder Judiciário”, diz o comunicado.

Com o afastamento, Láuar perde o acesso ao gabinete e o direito de uso de carro oficial, mas mantém os salários — embora possa deixar de receber benefícios extras ou bonificações, conforme normas do Conselho Nacional de Justiça.

Repercussão

Após o afastamento, parlamentares foram às redes sociais

comentar o caso. Duda Salabert (PDT-MG) lembrou que o caso ganhou repercussão após o gabinete dela receber várias denúncias contra o magistrado. “Após nossas denúncias, a Polícia Federal deflagrou operação contra o desembargador Magid Nauef Láuar, do TJMG, que tinha inocentado um pedófilo de estuprar uma menina de 12 anos”. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) destacou o poder do uso das redes sociais para fazer denúncias. “Na mesma semana: o estuprador voltou pra cadeia junto com a mãe omissa e, agora, o juiz é afastado do mesmo cargo”.

A deputada estadual de Minas Gerais Bella Gonçalves (PSol) também comemorou o afastamento: “Vitórias das mulheres! Seguiremos ao lado das vítimas e lutando por justiça para todas as mulheres e crianças”.

TRAGÉDIA EM MINAS

Buscas por quatro desaparecidos

» CAETANO YAMAMOTO*

As equipes de resgate que atuam em Juiz de Fora e em Ubá, na Zona da Mata mineira, trabalham ininterruptamente para tentar encontrar quatro pessoas que estão desaparecidas desde o temporal que destruiu vários bairros das duas cidades, no começo da semana. O número de mortes foi atualizado, ontem, para 69. De acordo com a Defesa Civil do estado, há 5,5 mil desalojados, sendo 810 em Matias Barbosa, 1,2 mil em Ubá e 3,5 mil em Juiz de Fora, que também registra 450 desabrigados.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Minas Gerais e Bahia são os estados em alerta vermelho por causa da possibilidade de mais chuva forte no fim de semana. De acordo com o instituto, o volume de chuva pode passar de 100 mm em um dia, e

é grande risco de transbordamento de rios e deslizamento de encostas.

“Desligue aparelhos elétricos, quadro geral de energia. Observe alteração nas encostas. Permaneça em local abrigado. Em caso de situação de inundação, ou similar, proteja seus pertences da água envoltos em sacos plásticos. Obtenha mais informações junto à Defesa Civil (telefone 199) e ao Corpo de Bombeiros (telefone 193)”, instruiu o órgão, em avisos à população.

O presidente Lula fará uma visita à região, hoje. Ele vai sobrevoar as áreas afetadas pelas chuvas e se reunir com os prefeitos de Juiz de Fora, Ubá e Matias Barbosa (MG), na prefeitura de Juiz de Fora, às 12h.

O governo federal reconheceu, na quinta-feira, o estado de calamidade pública para os dois municípios e, também, para Matias Barbosa, agilizando o repasse de

PABLO PORCIUNCULA / AFP



Bombeiros retiram o corpo de mais uma vítima das chuvas em Juiz de Fora, cidade mais afetada pela tragédia

recursos para socorro e reconstrução. O dinheiro será enviado para todas as regiões afetadas pelas chuvas no Sudeste.

O Ministério da Saúde começou, ontem, a enviar kits emergenciais para a Zona da Mata. Cada kit é composto por 16 itens estratégicos e 32 medicamentos e tem

capacidade para atender até 1,5 mil pessoas por um mês. Isso significa assistência para 12 mil pessoas no período, ou seja, a pasta garante itens de saúde mais que suficientes para a demanda atual.

Entre os insumos estão medicamentos como antibióticos, analgésicos, anti-hipertensivos e soluções

injetáveis. Além disso, está incluído itens estratégicos, como ataduras, gaze, dispositivos de infusão, seringas, luvas, esparadrapos e máscaras, garantindo suporte adequado às ações de cuidado, prevenção e tratamento.

***Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria**

MILITARES

Centro de Comunicação Social do Exército



Claudia Cacho tem longa carreira na área da saúde

Exército indica primeira mulher ao generalato

» GABRIELLA BRAZ

Pela primeira vez em quase 400 anos de instituição, uma mulher foi indicada ao posto de general, cargo mais alto do Exército. Cláudia Lima Gusmão Cacho, 57 anos, foi o nome escolhido em votação secreta na quinta-feira para o posto de General de Brigada, cargo que deve assumir a partir de 31 de março. A nomeação ainda depende de decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Recifense formada em medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a coronel médica iniciou a carreira militar em 1996, como oficial temporária no 2º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Goiânia. Dois anos depois, concluiu o Curso de Formação de Oficiais Médicos da Escola de Saúde do Exército.

Ao longo dos 30 anos nas Forças Armadas, consolidou-se como um nome de confiança, passando por cargos de chefia na saúde. No Rio de Janeiro, comandou o Escalão de Saúde do Comando da 1ª Região Militar, além de ter chefiado a Divisão de Perícias Médicas da Inspetoria de Saúde do Comando Militar do Nordeste.

Cacho tem ainda passagens por cargos de gestão em hospitais do Exército, atuando como diretora do Hospital de Guarnição de Natal e do Hospital Militar de Área de Campo Grande. No Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, atuou como subdiretora técnica.

A instituição destacou ainda a formação profissional da coronel durante a carreira. No Exército, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), em 2007, e o Curso de Comando e Estado Maior de Serviços, na Escola de Comando e Estado, em 2013.

As formações militares caminharam junto a uma série de aperfeiçoamentos na medicina civil. Antes de ingressar nas Forças Armadas, Cacho fez residência médica em pediatria no Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP). Já no Exército, concluiu a pós-graduação em Administração Hospitalar pela Universidade do Sul de Minas e MBA em Gestão Estratégica de Saúde pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Casada com o general de divisão Jorge Augusto Ribeiro Cacho e mãe de duas filhas, Cláudia construiu sua carreira em um período em que a presença feminina ainda se consolidava nos quadros permanentes da instituição — algo que só passou a ocorrer na década de 1990.

Em comunicado, o Exército destacou a maior presença de mulheres na instituição. “A presença feminina no Exército Brasileiro possui uma trajetória histórica marcante, que remonta a Maria Quitéria de Jesus Medeiros, heroína da Guerra da Independência de 1823. Desde então, o papel das mulheres nas Forças Armadas tem se expandido de forma consistente”, pontuou.